

As impossibilidades da “lusofonia” e as narrativas acerca do “outro e do “eu” entre Brasil e Portugal

The impossibilities of the “lusofony” and the discourses about the “self” and the
“other” between Brazil and Portugal

Túlio de Souza Muniz¹

RESUMO: A relação Brasil e Portugal é pautada pelo distanciamento recíproco entre dois países que tantas semelhanças guardam entre si, mas que não conseguem aproximar-se nas suas diferenças. Este ensaio visa refletir sobre esse distanciamento, a partir de uma análise da construção do estereótipo do “outro” por ambas as partes para concluir sobre as impossibilidades da “lusofonia”, um conceito que só tem operacionalidade do lado lusitano.

Palavras-chave: *alteridade, diferença, lusofonia*

ABSTRACT: The relationship between Brazil and Portugal is based in a reciprocal farness between two countries that have lots of similarities but can't get together because of their differences. This paper pretend to think about this farness observing the construction of the stereotype of the “other” concluding for the impossibility of the “lusofony”, a concept that is useful only by the portuguese side.

Key-words: *otherness, difference, lusofony*

Este ensaio pretende introduzir a abordagem à tensão existente na relação Brasil-Portugal a partir de alguns textos onde a narrativa desses “encontros e desencontros” evidencia e oculta estratégias de dominação e/ou resistência na definação do “outro” – o colonizado - empreendida pelo conquistador, e na definição do “eu” igualmente empreendida pelo “dominado”. Aqui, “outro” e “eu” são convocados numa perspectiva de alteridade, da diferença antes que da subalternização. A intenção é desestabilizar um certo discurso eurocêntrico e acomodado que, de tão habituado a nomear o “outro”,

¹ Doutorando em Sociologia / Pós-Colonialismo e Cidadania Global pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra, Portugal, onde desenvolve projeto de tese intitulado “A Mão do Mar. Alterações e complexidades de saberes e aspirações de pescadores artesanais numa perspectiva Pós-Colonial comparada entre micro-regiões do Ceará (Brasil) e do Centro (Portugal)”, com apoio do Programa Alban. É bacharel (2003) e mestre (2005) em História pela Universidade Federal do Ceará (2003), e jornalista profissional desde 1993. Antes de começar, um agradecimento afectuoso à Margarida Calafate Ribeiro, do CES/FEUC, pelo estímulo que levou às reflexões a seguir.

desconsidera que sobre si também pode ser lançada uma abordagem que questiona e lhe rouba a condição exclusiva de “eu”.

Penso que foi isso que fez o Brasil com relação a Portugal, “antropofagizando” o antigo colonizador, fazendo dele uma alteridade e não um reflexo, negando-o ao ponto de dizer que o “outro” é o português. Há décadas tal construção iniciou-se no Brasil, e Oswald de Andrade é até hoje quem melhor a expressou: “Nunca tivemos gramáticas, nem coleções de velhos vegetais. E nunca soubemos o que era urbano, suburbano, fronteiro e continental. (...) Sem nós a Europa não teria sequer a sua pobre declaração dos direitos do homem” (ANDRADE, 1928). O brasileiro forja para si uma identidade, talvez para dissimular os conflitos regionais internos. O Brasil, hoje, é o “outro” colonizado somente a um olhar estrangeiro, e, para o português, é o “*outro sublimado*” (LOURENÇO, 2004: 117), adotando uma postura que Marini chamou de “subimperialista”².

O silêncio sobre si mesmo (a quase negação da cultura árabe pelos portugueses) e sobre o “outro” (o desinteresse do Brasil sobre a História de Portugal) permeia esses discursos de dominação e resistência entre ambos, pautados quase sempre na negação da importância do “outro” na constituição do capital cultural do “eu”, e na dissimulação de práticas limitadoras da ação de ambas as partes.

Tal reflexão me parece plausível após os 200 anos da chegada da Corte ao Brasil. Prevalece, até hoje em dia, o distanciamento e o desconhecimento sócio-históricográfico entre dois países que, justamente por terem sido tão próximos, se distanciaram demasiadamente, movimento que se dá tanto por parte dos portugueses quanto dos brasileiros, que negam e desconhecem a História do seu antigo e longínquo colonizador. Para o senso comum brasileiro Portugal é um país atrasado, habitado por um povo estúpido, inspirador de um vasto anedotário. Por outro lado, vigora entre o povo português a desconfiança quanto a brasileiros e brasileiras imigrantes, associados automaticamente à criminalidade e à prostituição.

A constituição de tais estereótipos refletiu-se negativamente também no intercâmbio incipiente de elaborações teóricas e experiências sociais importantes. Concordando com as palavras de Boaventura Sousa Santos, quando indagado sobre a precariedade da comunicação entre a literatura produzida no Brasil e em Portugal:

² “Esto es cierto aun cuando el capital industrial se amplia y fortalece en áreas extractivas y agrícolas; (...). El resultado ha sido un reescalamiento, una jerarquización de los países capitalistas en forma piramidal y, por consiguiente, el surgimiento de centros medianos de acumulación—que son también potencias capitalistas medianas—, lo que nos ha llevado a hablar de la emergencia de un subimperialismo”. Marini, Ruy Mauro (1977), La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo, in http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm. Parte expressiva da obra de Marini se encontra acessível no site indicado.

Seria muito fácil buscar as razões na história colonial e no processo de descolonização. Mas isso já foi há tantos anos, que já não faz sentido nenhum. Uma aliança entre as duas literaturas e as duas ciências sociais, trazendo para esse espaço as africanas, se beneficiaria de uma língua comum. Mas infelizmente não é assim” (SANTOS, 2001).

Santos tem razão em evidenciar o abismo aberto entre os países de língua portuguesa, e esse distanciamento desestrutura a “lusofonia”, que, no cenário atual, é antes uma “cacofonia”, como pretendo demonstrar adiante. Pois, ainda que haja interesse por Portugal da parte de “letrados” brasileiros (sociólogos, antropólogos, literatos e historiadores), ele é relativo, não extrapola as discussões acadêmicas para destruir um senso comum corrosivo para com a imagem do “outro” (o português) e não resulta em instrumentos práticos e eficazes como, por exemplo, o estabelecimento de cadeiras de “Cultura e História de Portugal” no ensino Secundário ou Superior das escolas brasileiras com o mesmo estatuto e privilégio que tem agora a história e cultura afro-brasileira e indígena³.

Talvez isso explique porque “o Brasil é um país para quem Portugal é um ponto vago num mapa maior chamado Europa, ou vaga reminiscência escolar do sítio donde há séculos chegou um certo Álvares Cabral. (...) Os portugueses devem saber, perceber e até compreender que nós não somos um problema para o Brasil”(LOURENÇO, 2004:141).

O próprio Lourenço chama atenção para “um debate sério e não exaltações ressentidas” sobre a “incompreensão mútua” entre Brasil e Portugal:

Não demos ao Brasil, e sobretudo a nós próprios, o espetáculo da uma reacção irritada que, visto ou conhecido no outro lado, é mera gesticulação sem objecto e sem eco. (...) O povo brasileiro é um povo cheio de humor. Não é culpa dele se é um povo demasiado grande para a memória que tem, como nós somos um povo pequeno de mais para a memória imensa que ao longo dos séculos refluuiu para o nosso coração e nos sufoca. Não é com acordos ortográficos, mas ou menos fiéis à norma lusitana (...) que recuperamos o espaço imaginário do imperio sempre demasiado largo para as nossa posses, mesmo quanto existiu deveras (LOURENÇO, 2004: 142).

A seguir, retomarei os questionamentos e problemas quanto a (im)possibilidade da “lusofonia” – que neste texto sempre aparecerá entre aspas porque duvido, senão da sua impossibilidade, pelo menos de sua existência. Por ora, é pertinente buscar uma

³ Em 11-03-2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei tornando obrigatório o ensino dessas disciplinas no ensino fundamental e médio (este equivalente ao secundário em Portugal) nas escolas públicas e privadas.

historicização para a tal “incompreensão mútua”. Sobretudo porque, se a “incompreensão” prevaleceu entre elites intelectuais e no senso comum, não se pode dizer o mesmo acerca das elites governamentais, sobretudo durante a ditadura militar brasileira, que por 10 anos (1964-1974) manteve relações ambíguas porém coniventes com o regime salazarista⁴.

Começar do começo: da Carta de Pero Vaz de Caminha à invenção do “outro” não-europeu

Para melhor ilustrar as hipóteses levantadas acima, recorro ao “texto fundador” da relação entre Brasil e Portugal, a “Carta do Achamento do Brasil”, de Pero Vaz de Caminha. Primeiramente, o texto de Caminha recorre a uma longa definição sobre o “outro” (os indígenas) para depois deixar emergir seu interesse pessoal. Discorrendo minuciosamente sobre as impressões iniciais que tiveram de parte a parte portugueses e índios, Pero Vaz, ao terminar a carta, explicita o porquê do seu empenho homérico ao descrever “o achamento dessa nova terra”.

Caminha inicia sua narrativa frisando que o tanto o Capitão-mor quanto os demais capitães da frota de Cabral já haviam escrito sobre o “achamento”, mas que não deixaria de “dar conta disso a Vossa Alteza (...) ainda que (...) o saiba fazer **pioir que todos**” [grifo meu]. A tanta modéstia seguem os pormenores sobre a “nova terra” e o povo ali encontrado, e o silêncio sobre seus interesses se rompe somente no último parágrafo, quando Caminha revela uma preocupação pessoal sua e pede ao Rei que “mande vir da Ilha de São Tomé a Jorge de Osório, meu genro”. Caminha inventa – e silencia - o “outro” para fazer emergir um desejo do “eu”.

Tais palavras de Caminha são vistas como a origem do nepotismo político e administrativo desde sempre presente nas elites políticas brasileiras, à direita e à esquerda, em maior ou menor intensidade. Mas são, antes, o discurso fundador do patriarcalismo brasileiro, o que Sergio Burque de Holanda vai chamar de “pátrio poder ilimitado”, onde a família é “indivisível”, onde

o quadro familiar torna-se assim tão poderoso e exigente que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A

⁴ “ As relações entre as ditaduras não se constituiriam unicamente entre trocas de informações, pois muitos portugueses foram presos no Brasil por suas atividades de denúncia contra o salazarismo ”. IN FIUZA, Alexandre Felipe, **Entre um Samba e um Fado: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970**, Assis, UNESP, 2006, Tese de doutorado. Trata-se de um trabalho de História Comparativa da censura empreendida pelas ditaduras brasileira e portuguesa sobre seus músicos e os diálogos entre as formas de repressão. Acessível em http://www.dominipublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=41328

entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. (...) O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família (HOLANDA, 2001: 82).

Para entender a origem e as intenções de elaboração de um discurso de alteridade, é importante considerar o contexto em que Caminha escreve (início do século XVI), onde a norma era recorrer a referências pre-estabelecidas diante do encontro com o novo. Caminha não era voz solitária, os “descobridores” e viajantes de seu tempo compartilhavam da mesma verve épica e mítica, que interpretava dentro dos parâmetros do mundo conhecido, limitando a produção de conceitos e paradigmas originais diante do encontro do novo. Era tal característica da época que levava Colombo, por exemplo, a descrever o Novo Mundo

ora segundo os modelos edênicos provindos largamente de esquemas literários, ora segundo os próprios termos que tinham servido aos poetas gregos e romanos para exaltar a idade feliz, posta no começo dos tempos, quando um solo generoso, sob constante primavera dava de si espontaneamente os mais saborosos frutos”(HOLANDA, 2002: 185).

Dizendo-nos mesmos termos que Sergio Buarque de Holanda, nas narrativas dos viajantes do XVI, “até os de mais profundo e repousado saber se inclinavam a encarar os mundos novos sob a aparência dos modelos antigos” (HOLANDA, 2002: 185). Essa tendência seria invertida a partir do XIX, e a re-invenção da África pelos europeus foi o expoente maior dessa tragédia.

No caso dos africanos, Portugal (como todos os demais colonizadores) tem de reelaborar uma extensa narrativa sobre o “outro”, construindo o lugar do subalterno, hierarquizando relações sociais para impedir a eclosão da diferença. O Estado colonizador português manteve uma construção discursiva sobre o “outro” ao longo dos períodos colonial e neocolonial (notadamente no século XX), com uma matriz ideológica que negava ao africano a capacidade de ser portador e elaborador uma cultura própria.

Incurionado sobre as origens do discurso fundador, do “texto original”, poderá se compreender (sem que isso impliqueem concordar com ele) como essa tendência narrativa de estabelecimento de alteridade se estendeu ao longo dos séculos. Tal prolongamento serviu, até o século XX, de base epistemológica para discursos de dominação ou negação de culturas nos espaços de língua portuguesa. Paralelamente às guerras bélicas empreendidas entre dominados e dominadores, desenvolveu-se também guerras de palavras e conceitos que “justificava” e “explicava” a prolongada dominação portuguesa em África. No cerne desse discurso estava a negação da cultura, atribuindo

à África a condição de um “não lugar”, local sem história. Valentim Alexandre deixou isso claro na análise de afirmações de Salazar (para quem a África seria tributária do colonialismo, a quem deveria “o contato com a civilização cujos segredos lhes desvendou e colocou a seu dispor”), e de Marcelo Caetano:

os africanos não souberam valorizar sozinhos os territórios que habitam a milénios, não se lhes deve nenhuma invenção útil, nenhuma descoberta técnica aproveitável, nenhuma conquista que conte na evolução da humanidade, nada que se pareça ao esforço desenvolvido nos domínios da Cultura e da Técnica pelos europeus ou mesmo pelos asiáticos (apud ALEXANDRE, 1995: 48).

Tratava-se de um discurso pretensamente hegemónico, que articulava uma coesão interna do regime e das ações destes no território ultramarinho. Paradoxalmente, era um discurso “inculto” (o que não invalida seu êxito), posto que assim negava cinco séculos de relações com povos africanos que bem antes do domínio europeu, detinham, técnicas de fundição de metal, expressões artísticas, organização política e bélica, elaborações narrativas sobre seu próprio cotidiano⁵.

O mutismo brasileiro

O Brasil, a partir da Independência (1822) e, sobretudo do estabelecimento da República (1889), praticamente desconsidera o que aconteceria em Portugal e em África do século XIX em diante. De fato, até hoje nas escolas brasileiras, do ensino fundamental ao acadêmico, pouco ou quase nada se lê sobre História Contemporânea portuguesa e africana. Assim como Portugal silenciou sua herança moura, o Brasil tratou de fazê-lo com a antiga metrópole. Portugal (e de resto Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné, São Tomé e Príncipe) é tido no Brasil, quando muito como um território linguístico comum, a ser assimilado pela propalada unificação ortográfica da língua portuguesa, talvez necessária somente no âmbito diplomático. Se no sistema colonial “las Américas, a diferencia de Asia y África, non representan la diferencia com respecto a Europa, sino su extension”(MIGNOLO, 2003: 113), o Brasil pós-independência – único país nas Americas a nsker como Imperio - traça um movimento contrário, renegando e denegando, sem muito sucesso, aspectos culturais que o ligariam à sua “matriz européia”,

⁵ Nesse sentido foi esclarecedora a mostra “Benin, cinq siècles d’art royal” (Museu Quai Branly, Paris, outubro2007/Janeiro 2008) onde foram expostas dezenas de esculturas em latão, couro e bronze às quais os habitantes do reino do Benin recorriam desde o século XIV para narrar episódios de sua história, geralmente relacionadas com a vida do rei, com caçadas, e com guerras. Na mostra, é recorrente a representação dos portugueses que postaram-se ao lado do rei do Benin em suas batalhas contra povos sujeitos ao domínio desse antigo reino africano (o acervo da exposição é do Museu de Etnologia de Viena, Áustria).

assimilando-a enquanto alteridade, e não prolongamento, o que levou Loureço a afirmar que “no Brasil, Portugal está em todo lado e em lado nenhum”(LOURENÇO, 2004: 157).

Se no senso comum brasileiro prevaleceu o esquecimento de Portugal, a História demonstra que no Brasil permaneceram referenciais portugueses na organização do Estado, na arquitetura urbana (pública e privada), nas semelhanças entre os saberes e os equipamentos utilizados na agricultura familiar ou na pesca artesanal em comunidades piscatórias, no fanatismo pelo futebol, nas festas populares – as festas juninas, as Cavalhadas no interior de Goiás e os “pastoris” no Ceará e Rio Grande do Norte (encenações da expulsão dos mouros da Península Ibérica que em Portugal são encontrados no Minho) ; ou os tantos “bois” do Norte-Nordeste brasileiro e os “rodeios” e “vaquejadas” que devem suas origens muito mais ao apego dos portugueses por touradas do que aos espetáculos americanos, ou os desafios de viola e de repentistas no Nordeste, tão parecidos com os desafios de cantadores e acordeonistas do Norte de Portugal.

Adotando o auto-contentamento de si, o brasileiro opta por ser “estrangeiro na própria terra”⁶, “país do futuro”(Zweig), “abençoado por Deus e bonito por natureza”(Jorge Ben). Afinal, diz o senso comum, “Deus é brasileiro”.

Diante disso, outra pergunta pode ser formulada: não foi justamente o mutismo brasileiro sobre Portugal que propiciou a um de seus mais renomados intelectuais elaborar para o antigo colonizador uma teoria que justificasse o prolongamento da exploração portuguesa em África? O “Lusotropicalismo” que Gilberto Freyre tece sob encomenda para Salazar contraiu num só os diferentes campos territoriais, espaciais e temporais, para concluir que a “colonização desinteressada” empreendida por Portugal na América reproduziu-se igualmente em África. Essa tese foi largamente usada por Salazar. O “Lusotropicalismo” é elaborado sem contestações no Brasil, onde prevaleceu o “racismo de inteligência” (LINS, 1999)⁷ do qual Freyre era signatário, por ser ele mesmo um membro da elite econômica dominante - o que ficou evidente em sua abordagem sobre contextos “marginais” como o cangaço, por exemplo⁸.

Freyre não só elaborou o “Lusotropicalismo” como não escondeu sua admiração pública pela pessoa de Salazar, explicitada em “Três Antonios de Portugal”:

⁶ É fundamental uma leitura atenta da obra prima de Sergio Buarque de Holanda, “Raízes do Brasil”.

⁷ “Racismo de Inteligência” é, para Bourdieu, o discurso do dominador que agrega diferentes aspectos-dominação do capital simbólico, lingüístico, institucional ou cultural. IN LINS, Daniel Soares (org.) **O Campo Econômico. A dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papyrus, 1999.

⁸ Para Freyre, era um movimento de puro bandidismo, desconsiderando aspectos subjetivos (fossem religiosos, socio-econômicos, estéticos ou de gênero). Ver LINS, Daniel Soares, **Lampião, o homem que amava as mulheres**. São Paulo: Annablume, 1998.

O Professor Salazar é homem de aparência sã. (...) Alguma coisa de semita marca-lhe a fisionomia. Alguma coisa de defroqué - não o é, bem sei, mas poderia sê-lo - adoça-lhe os gestos: sobretudo os de cortesia. Adoça-lhe também a voz, que é de ordinário calma, suave, embora didacticamente clara. (...) O que é muito português no Professor Salazar é a doçura um pouco triste do seu olhar: um olhar doce, mas não melífluo, de homem virilmente bom. Nem fraco nem sequer sentimental: virilmente bom. (FREYRE, sem data:10).

O mutismo acrítico do Brasil sobre si mesmo e sobre o contexto colonial, particularmente sobre o colonialismo português do século XX, endossava as teorias freyreanas. E mesmo intelectuais como Sergio Burque de Holanda renunciaram o “lusotropicalismo”, quando se refere aos portugueses em “Raízes do Brasil”:

cumpra acrescentar outra face bem típica de sua extraordinária plasticidade social: a ausência completa, ou praticamente completa, ente eles, de qualquer orgulho de raça. Ao menos do orgulho obstinado e inimigo de compromissos, que caracteriza os povos do Norte (HOLANDA, 2001: 53).

Não se trata aqui de denegar a obra de Freyre, sua leitura é obrigatória por trazer para o texto acadêmico brasileiro a sexualidade, a gastronomia, as relações privadas, entre outros. Mas não criticar ou negar o “lusotropicalismo” enquanto construção de um intelectual brasileiro e sua utilização pelo regime salazarista demonstra a dificuldade que o “maior país negro fora da África” tem em lidar e se defrontar com seus próprios preconceitos decorrentes de um passado escravagista. Freyre e o “lusotropicalismo” são exemplos de como o mutismo funciona quando, no Brasil, se trata de evitar o questionamentos de seus próprios mitos (e Freyre é um deles, em que pese sua importância).

Porém, legar ao “outro” o espaço o do “não dito” quando o “outro” foi o dominador não é exclusividade brasileira, e vem de uma longa tradição “lusófona”. Portugal fez o mesmo com relação aos árabes, que do século VII ao século XIV dominaram a Península Ibérica. Isso fica evidente, por exemplo, se analisarmos uma obra monumental, a “História do Ensino em Portugal”⁹, e o papel nela reservado os árabes. Remontando a criação das primeiras escolas, que antecedem a fundação da própria nacionalidade portuguesa, Carvalho demonstra a intensidade do intercâmbio com os demais povos europeus, seja recebendo vizinhos em suas escolas seja freqüentando escolas no estrangeiro. Mas a abordagem de Carvalho tem uma lacuna: a negligência ao tratar da

⁹ CARVALHO, Rômulo de, **História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2001.

influência árabe na Educação e, de resto, na História de Portugal. Em apenas um parágrafo dos primeiros capítulos ele menciona a importância árabe para a Educação portuguesa e europeia, ainda que minimizando-a:

Quando os árabes, no século VII, ocuparam a Ásia Menor, passados já mais de mil anos sobre a existência de Aristóteles, conheceram a obra do grande filósofo grego, estudaram-na e comentaram-na. Ao ocuparem a Península Ibérica, nesse mesmo século, introduziram no mundo ocidental o conhecimento dessa obra que da língua grega passara à árabe e agora da árabe à latina (CARVALHO, 2001: 11).

Dedicar algumas linhas a mais enriqueceria a análise de Carvalho. Ele próprio destaca depois que a Filosofia Escolástica “passou a ser, por excelência, a filosofia de Aristóteles aplicada à Teologia por S. Tomás de Aquino” (CARVALHO, 2001:12), largamente difundida nos mosteiros e nas primeiras universidades, servindo de base para a nova dinâmica de ensino que surgia na Idade Média. Carvalho, porém, não faz menção aos filósofos árabes Avicena (980-1037) e Averróis (1126-1198), precursores de S. Tomás de Aquino (1225-1274) na difusão do pensamento aristotélico, conforme Marilena Chauí: “A filosofia medieval teve como influências principais Platão e Aristóteles, embora o Platão conhecido pelos medievais fosse o neoplatônico (...) e o Aristóteles fosse aquele conservado e traduzido pelos árabes, particularmente Avicena e Averróis” (CHAUÍ, 2004). Menos de 150 anos separam a morte de Avicena e a de S. Tomás de Aquino, período relativamente curto (mesmo para a Idade Média) para que se desconsidere a importância na transmissão do pensamento aristotélico de um a outro, passando por Averróis.

Aparentemente Carvalho não viu importância dos árabes no ensino medieval português na mesma proporção que tiveram para Espanha, quando fala de Córdoba: “Seria preciso que decorresse mais um século, até se alcançar o IX, para que a situação se compusesse, mas agora com tal pujança que em Córdoba, mesmo sob o domínio árabe, os estudos cristãos e o ensino eclesiásticos se tornaram notáveis” (CARVALHO, 2001: 14).

Creio que tal negligência deve-se mais ao sentimento lusitano de suplantarem a presença do antigo dominador no ‘inconsciente coletivo’ da nacionalidade. Carvalho perpetua uma negação que atravessou a Idade Média e chegou à contemporaneidade em Portugal, que ainda no século XX tem dificuldades em lidar e assumir a presença árabe na sociedade. As palavras de Abdool Karim Vakil encerram este parentese necessário sobre a possível origem do conveniente silêncio lusófono sobre seu antigo dominador:

A relação de Portugal com o Islão remonta à fundação da nacionalidade. (...) Esse facto, por si só, já justificaria uma abordagem

mais reflexiva — atenta à forma, por exemplo, como a arqueologia e a história medieval procedendo a uma desconstrução do discurso historiográfico da “Reconquista”, e reconfigurando a narrativa das origens e formação da nação contribuem para a re-imaginação da memória histórica e da imagem da nação que os portugueses têm de si mesmos (VAKIL, 2004).

Conclusão

Movimentos de encontros e desencontros ao longo dos séculos fazem de portugueses e brasileiros de hoje uma espécie de colonizados de si mesmos. Ensimesmados, privilegiam uma busca da essência de si em detrimento da busca pelo “outro”. Os portugueses - à deriva nos grandes acontecimentos do passado - e os brasileiros - conformados com a ilusória “democracia racial” - circunscrevem suas interpretações recíprocas nos discursos ditados pelas instituições governamentais e pela mídia, cujos interesses são estreitos e coniventes. Por outro lado, se ambos os povos se mantêm afastados, as elites econômicas nunca deixaram de intercambiar, desde os tempos do tráfico de escravos e de cachaça, até os dias atuais, com migrações dos capitais transnacionais.

A preocupação de Lourenço acerca da consolidação ou não da “lusofonia” é compartilhada por outros autores (MARGARIDO, 2000; NEVES, 2000), ao ponto de Margarido afirmar com razão que “os interesses desses brasileiros estão mais centrados no próprio Brasil e nos países vizinhos do que em Portugal ou na Europa” (MARGARIDO, 2000: 71). Se Margarido tem razão – e creio que tem – também é certo que Portugal é majoritariamente voltado ao seu próprio contexto e ao contexto europeu ao qual se amarra ainda mais, o que coloca em cheque a consolidação da “lusofonia”, que hoje não passa de uma miragem exclusivamente portuguesa.

No Brasil prevalece o senso comum pejorativo sobre Portugal que, por sua vez, se sujeitará às determinações da União Européia com tratados que “condicionam a circulação de pessoas e dos bens, são organizados como máquinas destinadas a impedir o acesso dos Outros [*aqui os não-europeus*] à Europa” (MARGARIDO, 2000:15). Afinal, sem alianças institucionais em contextos amplos e sem o alargamento de perspectivas que extrapolem uma escrita comum não há acordo linguístico e cultural que leve a aproximação efetiva. “Só uma leitura mítica pode ainda pretender construir um ‘espaço lusófono’ quando as regras européias não prevêem que baste falar português para se poder circular livremente” (MARGARIDO, 2000: 15). E mesmo no espaço europeu,

Portugal, talvez para não melindar as relações com o governo espanhol, negligencia os esforços da Galícia para integrar a “comunidade lusófona”¹⁰.

Daí, talvez, Portugal ter adotado postura tímida num recente conflito diplomático entre Brasil e Espanha, em 2008, justamente nos momentos de comemorações oficiais dos 200 anos da transferência da Corte. Enquanto a Espanha impedia sistematicamente a entrada de brasileiros em seu território, deportando cerca de 500 pessoas (a quem fale em mais de mil) somente nos primeiros meses de 2008 - a maioria sem maiores explicações e provocando igual postura do lado brasileiro -, o presidente de Portugal, Cavaco Silva, representando seu país nas comemorações conjuntas no Rio de Janeiro, limitou-se a atribuir o atrito ao processo eleitoral em curso na Espanha¹¹. Enquanto o cenário das relações for este, sem a perspectiva de se compartilhar algo mais do que a língua, não há “lusofonia” que floresça.

Ganhariam todos se caísse o véu das (in)diferenças que limita as trocas de experiências no espaço de língua portuguesa, pleno de híbridos que podem aproximar mais do que afastar, superando definitivamente a condição de países “semiperiféricos” para assumirem e serem aceitos como “semicentrais”(inspiro-me em CALAFATE RIBEIRO, 2004:13), posição mais condizente com o presente e com suas histórias.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Valentim. “A África no imaginário político português (séculos XIX-XX)”, *Penelope*, 15, Lisboa, p. 39-52, 1995

ANDRADE, Oswald de. **Manifesto Antropófago**, IN *Revista de Antropofagia*, Ano 1, No. 1, maio, São Paulo, 1928.

CARVALHO, Rômulo de. **História do Ensino em Portugal: desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano**. Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ed. Ática, 2004.

¹⁰ “A região espanhola da Galiza quer fazer parte da Lusofonia e participar nos acordos sobre a língua portuguesa, através de uma academia que será formalizada no próximo ano. O anúncio foi feito no dia 6 deste mês, em Bragança, durante o encerramento do VI Congresso da Lusofonia, por um dos promotores da iniciativa, Ângelo Cristóvão, secretário da Associação Amizade Portugal/Galiza. A associação está envolvida no projecto de criação da Academia Galega da Língua Portuguesa. O tema do Congresso da Lusofonia foi a variante brasileira da língua portuguesa, e na sessão de encerramento o linguista Malaca Casteleiro defendeu que “também o galego é uma variante do português e como tal deve se trazido para o espaço da lusofonia”, matéria jornalistas “Galiza quer integrar lusofonia” in <http://www.mundoportugues.org/content/1/1320/galiza-quer-integrar-lusofonia> , 09 -10- 2007.

¹¹ “Cavaco Silva se disse convicto de que o impasse poderá ser resolvido entre Madri e Brasília, ‘depois de domingo, quando já estiver ultrapassado o conflito de natureza eleitoral que se vive’ na Espanha, dado que a questão foi um assunto da campanha política”. Trecho de notícia da Agência Lusa, 08-03-2008, in <http://embaixada-portugal-brasil.blogspot.com/2008/03/cavaco-silva-do-brasil-8-de-marco.html> .O tal “domingo” passou, as deportações continuaram, Cavaco Silva nada mais comentou sobre o assunto.

FIUZA, Alexandre Felipe. **ENTRE UM SAMBA E UM FADO: a censura e a repressão aos músicos no Brasil e em Portugal nas décadas de 1960 e 1970**, Assis, UNESP, 2006, Tese de Doutorado acessível em <http://www.biblioteca.unesp.br/bibliotecadigital/document/?down=4194>.

FREYRE, Gilberto. "Tres Antonios de Portugal - vistos por Gilberto Freyre: António de Oliveira Salazar, António Sardinha, António Sérgio, António de Oliveira Salazar", in **Aventura e Rotina**, Lisboa (sem data), Livros do Brasil. Artigo acessível em http://216.239.59.104/search?q=cache:_RPhcBSJnWYJ:www.angelfire.com/pq/unica/il_efc_gilberto_freyre.htm+freyre+tres+antonios&hl=pt-PT&ct=clnk&cd=1&gl=pt

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso**, São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

_____. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LINS, Daniel Soares (org.). **O Campo Econômico. A dimensão simbólica da dominação**. Campinas: Papyrus, 1999.

_____. **Lampião, o homem que amava as mulheres**. São Paulo, Annablume, 1998. -

LOURENÇO, Eduardo, **A Nau de Icáro, seguido de Imagens e Miragem da Lusofonia**. Lisboa: Gradiva Publicações, 2004.

- MARGARIDO, Alfredo. **A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses**, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

Marini, Ruy Mauro. "La acumulacion capitalista mundial y el subimperialismo", in http://www.marini-escritos.unam.mx/006_acumulacion_es.htm, 1977.

MIGNOLO, Walter D.. **Histórias Locais / Diseños Globales. Colonidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: AKAL EDICIONES, 2003.

RIBEIRO, Margarida Calafate. **Uma História de Regressos: Imperio, Guerra Colonial e Pos Colonialismo**. Porto: Editora Afrontamento, 2004.

SANTOS, Boaventura Sousa. "É chocante a resignação do brasileiro", in **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 2001, acessível em http://jbonline.terra.com.br/destaques/bienal/entrevista_boaventura.html.

VAKIL, Abdool Karim. "Minorias étnicas e religiosas em Portugal: História e actualidade", **REVISTA LUSÓFONA DE CIÊNCIA DAS RELIGIÕES** – Ano III, 2004 / n.º 5/6 – 283-312, acessível em <http://cienciae religioes.ulusofoa.pt>.

Recebido em *Maio* de 2009

Aprovado em *Setembro* de 2009